



SEGURANÇA SOCIAL



INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

CONSELHO DIRETIVO

Legislação aplicável

Decreto-lei n.º 64/2007, de 14 de março
Republicado pelo Decreto-lei n.º 33/2014, de
4 de março
Código Penal.

AVISO

Encerramento administrativo imediato e urgente de um estabelecimento de apoio social denominado “Casa da Tia Ermelinda”

1. O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP, confirma o encerramento imediato e urgente de um estabelecimento de apoio social denominado “Casa da Tia Ermelinda”, com as seguintes características:
- exercia a atividade de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
 - com fins lucrativos;
 - não estando licenciado;
 - funcionava sob a propriedade de Ermelinda da Conceição Gonçalves da Cruz Muff, Sociedade Unipessoal, Lda
 - estava instalado na Rua Dr. Manuel Freire Geraldes N.º. 12, 7565 – 227 Ermidas –Sado

artigos 35.º e 36.º do Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março

artigo 40.º, n.º 1, alínea b), e n.º 3 do Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março

Defesa dos direitos e da qualidade de vida dos utentes

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP, confirmou através da Deliberação n.º 202/2020 de 29 de outubro de 2020, o ato de encerramento da Autoridade de Saúde Pública. Esta deliberação foi tomada porque o estabelecimento estava em atividade com deficiências graves nas condições de instalação, segurança, funcionamento, salubridade, higiene e conforto, representando um perigo atual e iminente para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

artigos 35.º e 36.º do Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março

Consequências do incumprimento da deliberação

Caso o estabelecimento seja reaberto ou a atividade de apoio social continue de forma ilegal, o/a responsável será sujeito/a a procedimento criminal pelo crime de desobediência.

artigo 348.º, alínea b) do Código Penal



CONSELHO DIRETIVO

O aviso desta deliberação deve estar afixado durante 30 dias

Quem impedir a sua afixação será sujeito a procedimento criminal pelo crime de resistência ou coação sobre funcionário. Quem o remover deliberadamente antes do fim do prazo de 30 dias será sujeito a procedimento criminal pelo crime de arrancamento, destruição ou alteração de editais.

artigo 40.º, n.º 3
do Decreto-Lei n.º
64/2007, de 14 de
março
artigos 347.º e
357.º do Código
Penal

Lisboa, 29 de outubro de 2020



Rui Fiolhais
Presidente do CD